

Cautelar pode evitar subida de juros e repetição de erros

NÃO É O DISCURSO político mais bonito, admite Rui Rio, mas é o melhor para Portugal: sair do programa de ajustamento da troika com uma linha de crédito negociada "a que nos podemos agarrar se houver dificuldades". Só o facto de esse programa cautelar existir, defende o ex-autarca, poderá "evitar que os juros [da dívida pública] subam" e que "se tornem a cometer erros, mal sintamos uma certa folga".

Falando no encerramento da conferência promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, ontem, no Porto, Rui Rio elencou os quatro "erros inadmissíveis que nos trouxeram à situação em que nos encontramos e que, mal a economia cresça, vamos ter tendência para repetir". O endividamento público e o endividamento externo são os dois primeiros, que Rio diz só poderem ser combatidos pela



Rui Rio diz que é urgente conciliar povo com política

eliminação do défice através do crescimento económico, das exportações e do investimento externo no país. Menos falados, referiu, são outros dois erros, menos fáceis de emendar: "Um erro foi dar e prometer às pessoas direitos, por razões eleitorais, que sabíamos que não eram sustentáveis a médio e longo prazo", referiu o político, referindo-se às reformas antecipadas "atribuídas há 10 e 15 anos". Outro problema,

enumerou, é a "degradação notória do regime político nascido há 40 anos". O ex-autarca entende que é "urgente" conseguir uma "união entre o Governo e o povo para a reforma do Estado e a conciliação do povo com a política".

Quanto a soluções, Rui Rio sugeriu que, à semelhança do que realizou na Câmara do Porto, o Estado possa "emagrecer serviços" através do recurso a "entidades exter-

nas que avaliem, serviço a serviço, onde é que há trabalhadores a mais e trabalhadores a menos". O aumento das exportações, recomendou, "deverá focar-se na qualidade e na produtividade e não pelos salários baixos, se não condenamo-nos a ser um país paupérrimo no futuro". O Governo deveria "criar incentivos às poupanças" baixando juros liberatórios e oferecer um "crédito à capitalização das empresas". **EN.**